

Eberhard Rothfuss

Professor Assistente da Universidade de Passau  
eberhard.rothfuss@uni-passau.de

Veronika Deffner

Doutoranda, Universidade de Passau  
veronika.deffner@uni-passau.de

---

## Reservas naturais e desenvolvimento regional sustentável: o exemplo do parque nacional da Floresta da Baviera na Alemanha (“Bayerischer Wald”)

### Resumo

Este artigo faz uma observação conceitual, prática e teórica, do desenvolvimento regional sustentável no contexto de reservas naturais. Dentro do debate internacional sobre a sustentabilidade, percebemos que as reservas naturais com caráter integrativo têm ganho um papel cada vez mais importante. Na Alemanha, existem três categorias diferentes, sendo elas parque natural, reserva de biosfera e parque nacional. O ponto forte da Europa são suas áreas protegidas. Os últimos debates científicos demonstram como, neste processo, pensar “dentro e com o mundo” vem ocupando mais e mais o lugar da reflexão ecológica. Isto influencia na formulação de uma sustentabilidade estritamente focada na natureza, que se aplica especialmente aos parques nacionais da Alemanha. Através de um estudo empírico sobre o parque nacional Floresta da Baviera são demonstradas as possibilidades e os limites das estratégias de desenvolvimento integrativo para os parques nacionais, contrapondo os diversos interesses aos seus princípios contrários econômicos e de proteção. Perspectivas construtivistas geram muitas vezes conflitos e tensões, que só podem ser reduzidos através de um verdadeiro diálogo que integre os diversos interesses. Sob a tese da chamada “mudança bloqueada” irão ser reveladas as bases sociológicas deste bloqueio.

**Palavras-chave:** reservas naturais; desenvolvimento regional sustentável; estratégias de proteção ambiental; conflitos entre interesses econômicos e sociais.

## Abstract

### EXTENSIVE PROTECTED AREAS AND SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE OF THE BAVARIAN FOREST NATIONAL PARK

This paper focuses on some conceptual, practical and theoretical reflections on sustainable regional development in the context of extensive protected areas. It will be shown that in the course of the global debate on sustainability, protected areas with an integrative character are getting more and more significant. Three different categories of protected areas exist in Germany: natural parks, biosphere reserves and national parks. Transfrontier protected areas are the strength of Europe. The latest scientific discourse shows that in place of an unsophisticated way of thinking about ecology, a new kind of thinking trying to overcome the dichotomy of nature and culture is more and more attracting the notice. This change of perception has a deep impact on a purely nature-oriented sustainability, which especially applies to national parks in Germany. On the basis of an empirical study of the Bavarian Forest National Park, the opportunities and limits of integrative development strategies are identified by opposing the different interests of the affected actors and their contrary logic of economy and protection. It will be pointed out that the diverse perceptions of the actors are deeply constructivist and generate profound areas of conflict. These arising conflicts can just be minimised by an equal dialogue to solve the divergent interests. By elaborating the thesis of a "blocked change", a socio-critical perspective is drawn on this blockade.

**Key-words:** extensive protected areas; sustainable regional development; environmental protection strategies; conflicts between social and economic interests.

## 1. Introdução

Reservas naturais, e entre elas especialmente os parques nacionais, tentam assegurar, em primeiro plano, os objetivos da proteção ambiental. Isto seria a proteção estrita de recursos bióticos (espécies e biotopos) e recursos abióticos (sol, água, ar). No centro desta filosofia encontra-se a proteção processual, sendo ela a manutenção sustentável dos processos naturais e das transformações ecológicas sem intervenção humana.

Nos últimos tempos desenvolveu-se a perspectiva de integração da gestão de turismo e da sustentabilidade na proteção do sistema ecológico de regiões maiores, como as dos estuários e as de montanhas e florestas. Esta integração poderá aumentar essencialmente o valor econômico agregado dessas áreas. No contexto alemão, as reservas naturais podem con-

tribuir decisivamente para um desenvolvimento regional sustentável e econômico (JOB; METZLER; MAYER, 2006).

O parque nacional da Floresta da Baviera foi criado em 1970 e é o parque nacional mais antigo na Alemanha. Em 1997, o parque teve seus limites ampliados na direção noroeste ao longo da fronteira tcheca. O parque nacional faz parte da maior área florestal na Europa Central, da Floresta da Bohémia, que também é chamada de “teto verde da Europa”. Do lado tcheco foi instaurado, em 1991, o parque nacional Šumava.

Neste artigo, pretende-se discutir as formas e estratégias básicas da proteção ambiental, com a apresentação das diversas categorias de reservas naturais. Nas últimas seções do texto, discute-se os conceitos de desenvolvimento regional sustentável no contexto de reservas naturais, com a abordagem de um exemplo empírico. Esta pesquisa sobre o parque nacional da Floresta da Baviera permite visualizar as interdependências concretas entre proteção e uso e insere o parque numa interpretação interdisciplinar.

## **2. Formas e estratégias da proteção da natureza**

A proteção ambiental é o conjunto de medidas para preservar e fomentar plantas e animais selvagens, suas biocenoses e seus recursos naturais de vida, assim como para proteger paisagens e áreas naturais (FINKE, 1993).

Através do respeito ao valor intrínseco da natureza, ela deixa de ser somente um valor de uso humano, para ganhar um valor em si mesma – assim pode existir em função de seu próprio “ser” (GORKE, 1999). Perguntamos então, como proteger da melhor maneira um sistema ecológico complexo e as espécies que nele vivem. O pensamento tradicional de proteção ambiental decreta regras excludentes de como proteger espécies, biotopos e biocenoses. Esta forma estática de proteção ambiental procura manter e conservar as condições naturais. Ultimamente tem sido criticada, por não poder corresponder à dinâmica processual de uma natureza sempre em transformação (ZUCCHI; STEGMANN, 2006, p.42).

As estratégias de proteção ambiental dinâmica, que pretendem proteger todo o sistema ecológico, não conseguem protegê-lo ativamente, pois não leva em consideração a rede subjacente de efeitos recíprocos. Uma filosofia integral de proteger, que exclua todos os interesses humanos estéticos e econômicos, leva, em consequência, a proteger exclusivamente o próprio processo natural. Proteção ambiental dinâmica significa proteção processual. “O último objetivo de uma proteção ambiental e proteção de espécies, inteiramente justificadas, seria enfocar o mais universal de todos os acontecimentos: a própria evolução” (GORKE, 1999, p. 279).

O conceito estático de segregação separa territorialmente áreas de proteção ambiental de áreas de desenvolvimento econômico. Trata-se então de uma proteção setorial, que se atribui a certas espécies e por consequência a algumas áreas. “A perspectiva mecânica é a base ideológica deste princípio” (MOSE; WEIXLBAUMER, 2003, p. 22). A idéia da gênese das espécies é fundamental: a representação das espécies é vista como o estado ideal e inalterável em oposição à lógica de transformação da teoria da evolução. A proteção do biotopo significa uma “proteção ilhada” da área protegida. A configuração das normas e das estruturas territoriais acontece “de cima para baixo” (*top-down*). Este princípio regulador-normativo constitui uma proteção ambiental de interdição, que não respeita a valorização e a aceitação dos atores limítrofes.

Em oposição a isto o paradigma do princípio integrativo quer superar a dicotomia entre a área protegida e a área de desenvolvimento econômico. “O princípio fundamental do desenvolvimento sustentável é a passagem da simples proteção ambiental no âmbito regional à proteção processual e serve, além disso, como exemplo para regiões e processos fora das áreas protegidas” (MOSE; WEIXLBAUMER, 2003, p. 22).

É esta a perspectiva de um desenvolvimento evolutivo do ambiente como sucessão natural e não direcionada, isto é, como transformação não-linear, que aceita catástrofes naturais como expressão da dinâmica natural. Dentro desta perspectiva, não basta identificar espaços vitais “perfeitos” para obter capacidade de assimilação à transformação natural dinâmica da paisagem. Através da combinação entre estratégias “de cima para baixo” e estratégias “de baixo para cima” (*bottom-up*) consideramos a proteção ambiental uma necessidade social. Assim, as medidas de proteção

serão entendidas mais como um compromisso comum de diversos interesses. Desse modo, se valoriza também a aceitação e inclusão dos afetados pelas medidas.

### 3. Reservas naturais: idéia, desenvolvimento histórico e objetivos

A idéia de reservas naturais teve sua origem nos EUA. No território do *Yellowstone* nos *Rocky Mountains* foi criado, em 1872, o primeiro parque nacional. A preservação, no fundo romântica, da paisagem original que deve ser protegida de qualquer mudança antropogênica, foi o motivo para a criação do parque.

Isto iniciou um *boom* internacional de identificação de reservas naturais, que persiste até hoje (ELLENBERG et al., 1997). Além da simples proteção também se ambicionava aspectos de convalescença e conservação de paisagens culturais históricas, assim como um desenvolvimento das regiões, em sua maioria periféricas. Estes diferentes objetivos demonstram como as reservas naturais têm sido “sempre áreas de projeção para desejos da sociedade e necessidades existenciais, por exemplo, como área de retiro e espaço para o viver ligado à natureza, como antítese à modernização e à paisagem inteiramente industrializada ou como contraponto à globalização da exploração ocidental da natureza” (HAMMER, 2003, p. 9). Isto implicou no desenvolvimento de várias categorias de áreas protegidas, que diferem bastante em sua noção de objetivos. As organizações mundialmente mais importantes para reconhecimento e controle de reservas naturais são a *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN) e a UNESCO. A IUCN (2000, p. 11) define uma área protegida como “área terrestre ou marinha, que protege e conserva especialmente os recursos naturais e, dependendo deles, os recursos culturais, e que é administrada por meios jurídicos ou outros meios efetivos”.

A categoria de reserva de biosfera foi criada em 1970 dentro do programa *Man and Biosphere* (MAB) da UNESCO e foi, desde o principio, uma marca internacional com qualidades comparáveis – em oposição ao parque nacional. O objetivo de sua criação é o de construir uma rede mundial de regiões de desenvolvimento sustentável emblemáticas. Hoje, 408 regi-

ões pertencem a essa rede. Desde os anos 1990, busca-se, com as reservas de biosfera, viabilizar “um desenvolvimento sustentável em cada área” (HAMMER, 2003, p. 16). A gestão do parque em uma reserva de biosfera integra de uma forma pragmática os objetivos da proteção das espécies e dos biotopos com os objetivos de um desenvolvimento regional positivo (ELLENBERG et al. 1997, p. 19). A contradição entre a função de proteção e a função de desenvolvimento se dilata em um modelo-zona. Aqui, a zona do núcleo central serve como simples proteção do sistema ecológico natural, o qual somente representa 3% de toda a superfície.

#### 4. Categorias nacionais das reservas naturais

Na Alemanha, a conservação dos recursos naturais é uma responsabilidade básica da sociedade democrática. A proteção ambiental é condição de uma convivência civil e social, cuja qualidade pode ser medida pelo bom trato dos recursos naturais. A identificação e a criação de reservas naturais protegem os recursos naturais com o objetivo de obter uma proteção especial de certas regiões alemãs com importância nacional e internacional. Por isso, foram desenvolvidos três conceitos de proteção.

a. *Parques naturais: “convivência harmônica entre homem e natureza”*

Algo de especial na Alemanha são os parques naturais. Parques naturais são regiões de retiro para homem e natureza. Eles conservam e desenvolvem paisagem e natureza e apóiam um turismo que seja compatível com a preservação. Favorecem um desenvolvimento regional sustentável e oferecem educação ecológica e divulgação na mídia. Provocam, assim, convergência entre, de um lado, a pretensão dos homens em relação ao seu espaço de vida e de economia e, do outro lado, as exigências da proteção ambiental. Os parques naturais cobrem quase um quarto do território alemão e inserem freqüentemente outras áreas protegidas como áreas de proteção de paisagem ou ambiental.

b. *Reservas de biosfera: "regiões exemplares de convivência equilibrada entre homem e natureza"*

Estas reservas protegem paisagens culturais de intervenções destrutivas. Além disso, preservam e desenvolvem valiosos espaços de vida para homem e natureza. Visam a estabelecer uma relação equilibrada entre o uso pelo homem e o ciclo natural e contribuem assim para a criação de novos valores na região. Reservas de biosfera incluem as paisagens naturais e culturais mais preciosas da Alemanha. Elas devem não só participar da proteção ambiental como também da construção de um desenvolvimento regional economicamente sustentável.

Turismo e gastronomia, artesanato e comércio devem permitir aos habitantes destas regiões uma duradoura existência em harmonia com a natureza e a beleza da paisagem. Reservas de biosfera possibilitam conhecimento exemplar para a pesquisa e a ciência sobre a reciprocidade de processos naturais e sociais. O ponto fulcral da questão de proteção em reservas de biosfera reside na conservação da paisagem cultural e menos na própria proteção ambiental.

c. *Parques nacionais: "deixar a natureza ser natureza"*

Parques nacionais protegem paisagens naturais conservando as regras da própria natureza e garantindo uma área de retiro para plantas e animais selvagens. Conseqüentemente, áreas de experiência única são construídas pela natureza e estas servem também à educação ambiental e à pesquisa. Por isso, são imprescindíveis para a biodiversidade e a riqueza de espécies do nosso mundo. Simultaneamente, os parques nacionais aumentam a atratividade regional e contribuem para seu desenvolvimento econômico.

Os objetivos prioritários de um parque nacional visam à proteção de sistemas ecológicos assim como a sua função repousante para os habitantes. Segundo a definição da IUCN, um parque nacional é "uma área terrestre ou marinha, identificada

- (a) para proteger a autenticidade ecológica de um ou mais sistemas ecológicos por interesse das geração contemporâneas e futuras;
- (b) para eliminar o uso que possa prejudicar os objetivos desta identificação;

(c) para criar uma base de experiências mentais e espirituais, assim como possibilidades de pesquisa, educação e repouso para os visitantes. Todas elas devem ser ambientalmente e culturalmente compatíveis" (IUCN, 2000, p. 24).

Em um parque nacional, as forças do ambiente devem poder atuar livremente e repor processos dinâmicos de sucessão natural. Esta proteção processual deve ser garantida pela gestão do parque nacional. No sentido de manter a "livre vontade" da dinâmica da natureza para uma divulgação pública eficaz, escolheu-se o slogan "Deixar a natureza ser natureza". Por fim, a proteção processual é uma estratégia absoluta e exclusiva.

Por na Alemanha não existirem mais paisagens primitivas, a identificação de um parque nacional não leva à preservação de uma floresta original, mas de uma "floresta secundária" (ZUCCHI; STEGMANN, 2006, p. 43).

## **5. Reservas naturais e desenvolvimento regional sustentável**

O termo desenvolvimento regional sustentável descreve, geralmente, um desenvolvimento regional que tenta conciliar as exigências sociais e econômicas de uma área com suas funções ecológicas. O modelo de sustentabilidade deve coincidir com as demandas da geração atual, sem pôr em perigo as demandas das gerações futuras. Isto deve ser realizado considerando equilibradamente pontos de vista econômicos, ecológicos e sociais e usando potencias ecológicos e parcerias regionais.

O conceito do desenvolvimento regional sustentável une o discurso global sobre o desenvolvimento sustentável às idéias de um desenvolvimento regional autônomo. Estas duas linhas de discussão acontecem a nível regional (SPEHL, 1994). A região representa um plano de ação com grande potencial para realizar os objetivos de sustentabilidade, pois junta as relações de causa e consequência às atividades humanas. Isto cria condições para uma identificação com os objetivos da proteção do meio ambiente e da natureza.

Existem diversos conceitos e abordagens de como realizar o desenvolvimento sustentável nas regiões. Por um lado, temos as possibilidades de princípios estruturais como, por exemplo, a identificação de áreas pro-



tegidas. Por outro lado, podemos implementar, no plano de ação, estratégias “de baixo para cima”. Através do conceito de rede, as interações dos atores regionais envolvidos ganham um papel central para as estratégias de desenvolvimento (BENZ et al., 1999). Para a obtenção de bons resultados a partir de projetos regionais sustentáveis devem ser respeitados os seguintes critérios (BRENDLE, 1999):

1. Padrões/ Consciência regional (identidade regional)
2. Consciência da problemática e vontade de encontrar soluções
3. Promotores regionais
4. Sucesso imediato e capacidade de conexão
5. Institucionalização
6. Cooperação entre “vencedores”

Nos últimos anos, o termo difuso de “sustentabilidade” avançou de um termo de consenso para um termo de conflito (BÖCHER; KROTT, 2002). Dependendo dos interesses e objetivos dos atores envolvidos, sustentabilidade é interpretada de diversas formas, originando uma concorrência ideologicamente explicável e uma luta de poderes em torno da soberania de interpretação do termo.

Em relação ao problema de aliar desenvolvimento regional sustentável à identificação de reservas naturais, devemos observar o seguinte: especialmente em parques naturais e reservas de biosfera, em razão dos conceitos de diferentes intensidades ecológicas de proteção zonal, os conflitos relativos aos aspectos de sustentabilidade social, econômica e ecológica são menores. Em contraposição, os parques nacionais na Alemanha, em razão dos interesses de sustentabilidade estritamente ecológica, segundo a filosofia “de cima para baixo”, provocam uma relação tensa entre os atores regionais envolvidos, como iremos demonstrar através do exemplo do parque nacional da Floresta da Baviera.

Quando parques nacionais são devidamente identificados, fazemos a controversa pergunta, se podemos assumir a responsabilidade político-econômica de retirar uma grande superfície de seu uso econômico. Mas esquecemos que estes sistemas ecológicos geram recursos genéticos, ab-

sorção de CO<sub>2</sub> e produção de O<sub>2</sub>, e, além disso, aceleram o turismo de uma forma sustentável.

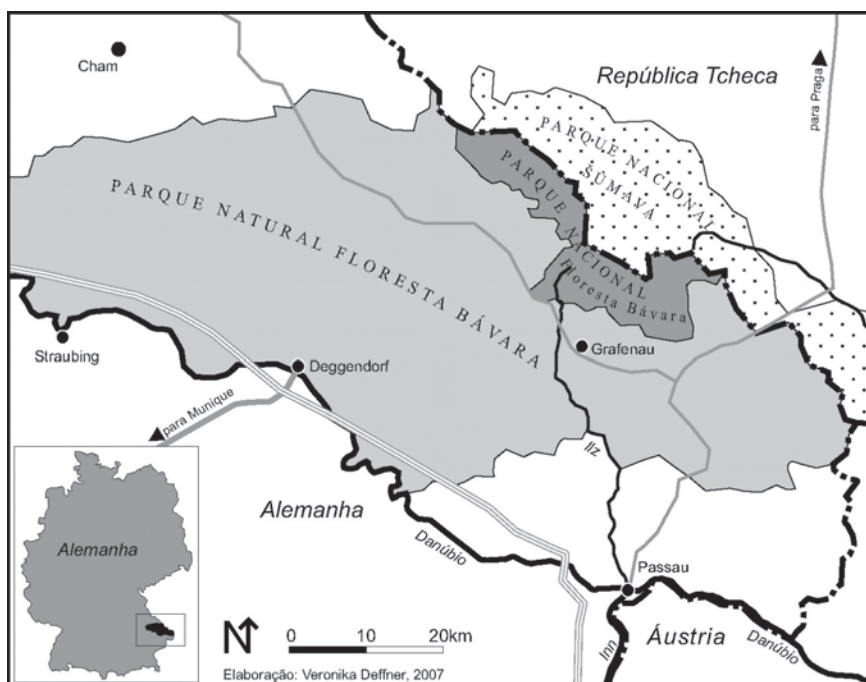
A relação entre reservas naturais ou proteção ambiental e o turismo costuma ser ambivalente. Por um lado, a proteção ambiental, por si mesma, muitas vezes não é aceita pela população rural, cujos espaços de ação são limitados por instruções e normas de utilização; por outro lado, a identificação de parques nacionais oferece a oportunidade de uma valorização turística. Especialmente em regiões periféricas e de infra-estrutura precária, as reservas naturais dão impulsos econômicos e são “pioneiras do desenvolvimento regional sustentável”. O turismo ecológico, que representa somente um nicho da indústria turística global, tem um lucro anual de 12 bilhões de Euros. Em nível nacional, o faturamento anual de turismo, com 20 milhões de visitantes em parques nacionais alemães, atinge 300 milhões de Euros (FUTURE, 2001).

Em nível regional, o parque nacional da Floresta da Baviera, por exemplo, gera anualmente 2.500 Euros por hectare. Extrapolando esse valor para toda a área do parque, chegamos a uma soma de 60 milhões de Euros por ano. Os custos estaduais para manutenção do parque nacional atingem 20 milhões. Assim, os 40 milhões restantes representam uma soma significativa em comparação aos rendimentos equivalentes a partir do simples uso agrônomico e florestal (BIEBELRIETHER, 2007, p. 11).

## **6. O parque nacional da Floresta da Baviera**

O parque natural e o parque nacional Floresta da Baviera operacionalizam, juntos, o conceito de uma reserva de biosfera. Mas, formalmente, só a parte do parque nacional (Figura 1) foi identificada como reserva de biosfera. O parque nacional e a reserva de biosfera Šumava na República Tcheca conformam uma área florestal e uma paisagem cultural únicas. O parque nacional cobre uma área de 24.500 hectares, sendo que a área do parque natural Floresta da Baviera é dez vezes maior e compreende uma superfície de 200.000 hectares (Figura 1).

**Figura 1**  
POSIÇÃO DO PARQUE NACIONAL E DO PARQUE NATURAL FLORESTA DA BAVIERA



Elaboração: V. Deffner  
Base cartográfica: Secretaria do parque nacional, Grafenau.

a. *Modelo e filosofia de proteção*

A Floresta da Baviera existiu durante séculos como simples floresta para a produção de madeira. Os seus habitantes viviam com e da floresta. Na Idade Média, a madeira era usada para a exploração de carbonato de potássio e para os fornos de produção de vidro. Há 40 anos, existe um processo de re-naturalização, que tenta transformar a “floresta industrial” numa “floresta natural”. Trata-se da marca exclusiva do parque nacional Floresta da Baviera e Šumava. Hoje, muitas áreas, que em sua maior parte e já há dezenas de anos funcionam como áreas de proteção ambiental, se tornaram selva (Figura 2).

A floresta é a marca típica de um parque nacional (SCHALLER, 2005). Sistemas ecológicos autênticos, não regidos por uma organização e estru-

tura humanas, mas governados “pela sabedoria do acaso ecológico” (WINTERER, 2006, p. 17) deveriam ser o critério evidente para identificação de todos os parques nacionais. Especialmente no parque nacional Floresta da Baviera, onde o desenvolvimento florestal levou à destruição dos extratos superiores da floresta, surgiram fortes discussões sobre a finalidade dos parques nacionais.

No caso do parque nacional Floresta da Baviera, isto significa que também crises ecológicas e danos de grande extensão, como derrubadas pelo vento ou a praga do escaravelho de cortiça, são processos naturais que não devem sofrer a intervenção humana (Figuras 3 e 4). O diretor do parque nacional Biebelriether explica a proteção ao desenvolvimento florestal natural da seguinte forma: “As derrubadas pelo vento e o escaravelho de cortiça são métodos da natureza para passar da instável floresta de silvicultura à estável floresta natural.” (WINTERER, 2006, p. 84).

**Figura 2**  
RENOVAÇÃO FLORESTAL NÃO DIRIGIDA – FLORESTA DA BAVIERA



Fonte: E. Rothfuss, julho 2007

Uma filosofia, de tal modo descompromissada e exclusiva, necessita de legitimação pública, pois a aplicação do modelo de “deixar a natureza ser natureza” exclui categoricamente todo o tipo de proteção ambiental controlada e cuidados paisagísticos (ver seção 3).

**Figura 3**  
CEMITÉRIO FLORESTAL



**Figura 4**  
PRAGA DO ESCARAVELHO DE CORTIÇA



V. Deffner, junho 2006  
Fonte: Secretaria do parque nacional, Grafenau.

O esforço educacional visando à legitimação do parque nacional procura ganhar a aceitação da população para a idéia básica da proteção ambiental: proteger a natureza por ela mesma. O turismo no parque nacional oferece, de maneira especial, a oportunidade de transmitir, através do trabalho educativo dos centros de informação aos visitantes, de instituições de educação ambiental e de visitas guiadas, a idéia central do parque nacional para grandes parcelas da população (BRÜGEMANN, 1997; LAUX, 1997).

b. *Significado econômico do turismo para a região*

Em 2006, a Baviera contabilizou 75 milhões de pernoites, dos quais 12 milhões se referiam à região da baixa Baviera. A região da Baviera oriental registrou 20 milhões, entre os quais a metade pode ser creditada à Floresta da Baviera ([www.bayern.by/de](http://www.bayern.by/de)).

O parque nacional Floresta da Baviera recebe anualmente quase 2 milhões de turistas (2006), dos quais 90% vêm de carro e permanecem em média 6,5 dias na região, com tendência decrescente. Existem 11 comunidades ao longo da área do parque nacional, que oferecem 2 leitos de hospedagem para cada 3 habitantes. 30% do aluguel de quartos são da iniciativa privada. Segundo uma pesquisa, o movimento turístico nas comunidades do parque nacional atinge mais que o dobro da média na região da Floresta da Baviera.

Nas regiões governamentais do Alto Palatinado e da Baixa Baviera o turismo baixou entre 2 e 4% em comparação ao ano anterior. Esta é uma tendência constatada nos últimos anos, mas que vem se estabilizando. Para a população nativa, o parque nacional é primeiramente um “logotipo”, uma “marca”, e, pelos efeitos turísticos, um fator econômico decisivo: “O nosso maior ramo econômico é momentaneamente o turismo e por isso o ‘cartão de visita’ do parque nacional” (WINTERER, 2006, p. 103).

Existem no parque nacional diversos projetos-modelo de desenvolvimento sustentável. Um ônibus e um trem possibilitam o acesso a diversas instituições e às vastas florestas da reserva de biosfera sem a necessidade de utilização de automóvel. Os ônibus funcionam com um motor de gás natural e contribuem tanto para o ambiente quanto para o turismo: Por um lado, facilitam o planejamento das férias dos visitantes e favorecem o valor turístico da região. Por outro lado, diminuem o excesso do tráfico individual e

aliviam o ambiente. As cargas do turismo são diversas, mas podem ser reduzidas por medidas, diretas e indiretas, de controle de visitantes.

*c. Conflitos dos atores envolvidos*

Em várias passagens deste artigo indicamos que a categoria “parque nacional”, obedecendo estritamente às suas metas ecológicas, pode levar a conflitos com os interesses econômicos e sociais da população nativa. Nesta relação tensa, parece que os objetivos de sustentabilidade não podem ser realizados.

A apresentação de opiniões públicas a seguir mostra claramente a dificuldade de aceitação do parque nacional Floresta da Baviera, no contexto de um processo de decomposição florestal, sem intervenções por parte da gestão do parque:

“Hoje em dia, lamentavelmente, devemos proteger a nossa natureza dos protetores da natureza” (Jornal PNP Grafenau, 14/05/04).

“Aqui vivemos só do turismo. São visitantes, que vêm para passear, mas em uma floresta verde” (WINTERER, 2006, p. 97).

“Sob a direção atual do parque nacional um cemitério florestal se estende até aqui desde as montanhas e as comunidades e seus habitantes das novas áreas sabem o pouco que a qualidade de água, o turismo em regressão e as imobiliárias ainda valem” (Jornal PNP Grafenau, 14/05/04).

A diminuição do turismo nos últimos anos está relacionada, portanto, com a morte de algumas partes da floresta, segundo os opositores dos parques nacionais (Figura 3). Trata-se de uma falácia, pois o número de pernoites tem baixado em toda a Baviera nos últimos anos, independente das condições dos espaços naturais.

Há séculos que os homens vivem numa região em um contexto de uma cultura relativamente homogênea com e na floresta. A paisagem florestal é um fator identitário importante que a distingue de outras paisagens (STALLHOFER, 2000): “Pois é, a um homem jovem da Floresta da Baviera pode-se tirar tudo, menos a sua floresta.”

Para os atores locais a “floresta verde” é exclusivamente um símbolo de “pátria” e de “natureza saudável”. A imagem moderna da natureza contém uma categoria estética que serve aos desejos do ho-

mem “lesado” pela civilização, da qual a população rural se aproveita em forma de turismo. Por outro lado, a “floresta morta” é um símbolo óbvio da filosofia de “deixar a natureza ser natureza”, que é devidamente protegida pelo estado bávaro. Este, possuindo soberania de interpretação sobre o valor da natureza, decidiu dar continuidade à proteção processual – apesar dos protestos locais (“*A troça<sup>1</sup> da nossa pátria florestal*”; Jornal PNP Grafenau, 14/05/04). O forte e decisivo argumento da gestão do parque, ou melhor, do regime bávaro, é o fato da área do parque ser propriedade do estado. Sob essa premissa poderosa pode-se agir sem compromissos. Um habitante local e politicamente ativo descreve a sua experiência com os serviços do parque: “Inicialmente queríamos trabalhar em parceria, mas eles nem falavam conosco. (...) Eles sempre nos censuravam, dizendo que teríamos de rever nossas exigências. Aí eu pergunto, para quê tal conversa, se o parceiro de conversa não reage e a conversa se torna absurda?” (WINTERER, 2006, p. 98).

Na área ampliada, integrada ao parque em 1997, a pressão pública contra a proteção processual foi maior; não se queria reviver a experiência da “floresta morta”, como no território original. A sociedade civil conseguiu liberar a intervenção humana em meio a crises ecológicas (derrubadas, pragas). O antagonismo entre floresta morta e floresta verde demonstra como a própria área foi instrumentalizada como capital simbólico (BOURDIEU, 1980).

Além da população local avaliar a expansão do escaravelho de cortiça como um exagero de uma filosofia de proteção ambiental, é sua extrema consciência regional, principalmente, que se opõe à intervenção externa, em sua realidade cotidiana, pelo estado bávaro e pela gestão do parque nacional (WEISS, 1998).

Um processo de negociação num contexto local só aconteceu marginalmente; o poder e a imposição da proteção processual pelos serviços estaduais não ofereceram nenhum espaço de ação aos interesses dos atores locais e regionais. Foi isso que levou a fortes conflitos e à



mobilização da população civil local, que terminaram por diluir a mera idéia de proteção na área nova. O fato de, durante muitos anos, os serviços estaduais não terem justificado sua atuação inflexível e não terem conseguido convencer, publicamente, a população de seus ideais e premissas, foi o fator decisivo para o bloqueio do processo de negociação, o que conseqüentemente pode impedir um desenvolvimento regional sustentável.

### **7. Conclusão: esferas incompatíveis – mudança bloqueada**

Mostramos como diferentes atores em relação ao mesmo objeto - a região da Floresta da Baviera - têm diferentes percepções e interpretações simbólicas da floresta. Os padrões de percepção se cruzam de diversas maneiras, se fortificam mutuamente e levam a ideologias, classificadas como “com valor” e “sem valor”. Especialmente o regime estadual propogou uma situação de “ou uma coisa ou outra” dentro da proteção ambiental ou processual ou estática: as dicotomias implícitas, natureza-cultura, proteger a natureza-usar a natureza, saber-ação, teoria-prática e racionalidade-valores culturais se condensaram na forma simbólica da “floresta morta” em contraponto a “floresta verde”. A distorção fundamental se baseia na construção de uma simetria ilusória de dicotomias, as duas posições aparecendo, deste modo, como simples alternativas que se excluem reciprocamente (HARRAWAY, 1995).

**Figura 5**  
CONFLITOS DE ATORES E IDEOLOGIAS ENTRE FLORESTA "MORTA" E "VERDE"



Elaboração: V. Deffner; Esboço: E. Rothfuss, 2007

Este artigo buscou revelar essa dicotomização hierárquica; vimos que “potência” necessita de “impotência” e que o “valioso” necessita do “desvalorizado”. Na ação cotidiana, na política, na ciência, na economia e em processos participativos existem possibilidades de não “dicotomizar” a realidade, usando outros caminhos e instrumentos, que não o das instituições hierarquicamente consolidadas. Assim pode ser atingida uma transformação sócio-ecológica do espaço e do uso do espaço, entendendo os espaços transitórios como espaços de negociação. Isto funciona se todos os participantes formalmente tiverem os mesmos direitos e desejarem uma solução duradoura.

A formulação de um conceito estrutural de proteção dos parques nacionais esbarra em um desafio ainda maior, se visarmos um desenvolvimento regional “realmente” sustentável – baseado num amplo consenso.

Terminamos com uma citação sócio-crítica de Harraway, que representa o falho processo de negociação aqui descrito – que, na verdade, nem chegou a acontecer – e que o eleva a uma esfera essencial:

Certos dualismos se mantiveram na tradição ocidental, fizeram parte sistemática dos princípios e das práticas de dominação sobre mulheres, negros, natureza, trabalhadores e trabalhadoras, animais – por fim sobre tudo que se constitui como o Outro e cuja função é ser o espelho do próprio ser (HARRAWAY, 1995, p. 67).

## Notas

<sup>1</sup> Aqui o termo é utilizado no sentido de piada ou chiste.

## Referências

BENZ, Arthur; FÜRST, Dietrich; KILPER, Hannelore; KILPER, Heiderose. **Regionalisierung. Theorie - Praxis – Perspektiven**. Opladen: Leske + Budrich, 1999. 171p.

BIBELRIETHER, Hans. Natur Natur sein lassen in Nationalparks. Warum fällt das so schwer? **Nationalpark**, Grafenau, n.1, p.8-13, 2007.

BÖCHER, Michael; KROTT, Max. Vom Konsens zur politischen Umsetzung. Wann verlaufen naturschutzpolitische Konsensprozesse erfolgreich? **Natur und Landschaft**, Bonn, n.77, p.105-109, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les éditions de Minuit, 1980.

BRENDLE, Uwe. **Musterlösungen im Naturschutz. Politische Bausteine für erfolgreiches Handeln**. Münster: Landwirtschaftsverlag, 1999. 261p.

BRÜGGEMANN, Jens. Nationalpark Bayerischer Wald. In: ELLENBERG, Ludwig; BEIER, Birgit; SCHOLZ, Marius (Ed.): **Ökotourismus: Reisen zwischen Ökonomie und Ökologie**. Heidelberg/ Berlin/ Oxford: Spektrum Verlag, 1997, p.83-89.

ELLENBERG, Ludwig; BEIER, Birgit; SCHOLZ, Marius. (Ed.): **Ökotourismus: Reisen zwischen Ökonomie und Ökologie**. Heidelberg/ Berlin/ Oxford: Spektrum Verlag, 1997. 286p.

EUROPARC. **Grenzüberschreitende Parke – Im Einklang mit der Natur. Eine Handreichung zur Entwicklung grenzüberschreitender Zusammenarbeit in Europa**. Grafenau, 2004.

FINKE, Lothar. Naturschutz. In: KUTTLER, Wilhelm (Ed.). **Handbuch zur Ökologie**. Berlin: Analytica, 1993. 270-274.

FUTOUR. **Touristische Angebotsgruppe „Deutsche Nationalparke“**. Bonn: Deutscher Tourismusverband, 2001.

GORKE, Martin. **Artensterben: Von der ökologischen Theorie zum Eigenwert der Natur**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1999. 376p.

HAMMER, Thomas. **Großschutzgebiete. Instrumente nachhaltiger Entwicklung**. München: ökom Gesellschaft für ökologische Kommunikation mbH, 2003. 198p.

HARRAWAY, Donna Jeanne. **Die Neuerfindung der Natur: Primaten, Cyborgs und Frauen**. Frankfurt: Campus-Verlag, 1995. 237p.

IUCN (International Union for the Conservation of Nature and natural Resources). **Föderation EUROPARC. Richtlinien für Management-Kategorien von Schutzgebieten**. Grafenau, 2000.

JOB, Hubert; METZLER, Daniel; MAYER, Marius. Regionale Wertschöpfung: Der Beitrag der Großschutzgebiete. **RAUM – Österreichische Zeitschrift für Raumplanung und Regionalpolitik**, Wien, n.63, p.24-28, 2006.

LAUX, Lukas. Der Nationalpark Bayerischer Wald: Seine Entwicklung unter besonderer Berücksichtigung der Bildungsangebote. In: BAURIEGEL, Gerd (Ed.). **Der Raum Niederbayern im Wandel**. Passau: Passauer Kontaktstudium Erdkunde, v.5, 1997. p.19-27.

MOSE, Ingo; WEIXLBAUMER, Norbert. Großschutzgebiete als Motoren einer nachhaltigen Regionalentwicklung? Erfahrungen mit ausgewählten Schutzgebieten in Europa. In: HAMMER, Thomas. **Großschutzgebiete. Instrumente nachhaltiger Regionalentwicklung**, München: ökom Gesellschaft für ökologische Kommunikation mbH, 2003. p.35-96.

MOSE, Ingo; WEIXLBAUMER, Norbert. Gebietsschutz in Europa: Vom Schützen zum Nützen. ein Paradigmenwechsel. **RAUM – Österreichische Zeitschrift für Raumplanung und Regionalpolitik**, Wien, n.63, p.20-23, 2006.

SCHALLER, Günther. Wildnis – eine Erfahrung. Über rationale Erkenntnis und emotionales Erleben von Unberührtheit. **Nationalpark**, Grafenau, n.4, p.42-46, 2005.

SILOVSKÝ, Vladimír. Czech Republic – Germany. The Šumava (CZ) and Bavarian Forest (D) National Parks. In: EUROPARC (Ed.). **Transfrontier Protected Areas**. Grafenau, 2001, p.61-62.

SPEHL, Harald. Nachhaltige Regionalentwicklung. In: Akademie für Raumforschung und Landesplanung (Ed.). **Dauerhafte, umweltgerechte Raumentwicklung**. Hannover, 1994, p.69-98.

STALLHOFER, Bernd. Grenzenloser Böhmerwald? Landschaftsnamen, Regionen und regionale Identitäten. Bayerischer Wald, Oberpfälzer Wald, Šumava, Český Les und Mühlviertel im geographisch empirischen Vergleich. **Regensburger Beiträge zur Regionalgeographie und Raumplanung**, Regensburg, v.9, 2000.

WEISS, Martin. Kaputtgeschützt? Zur Kontroverse um die Erweiterung des Nationalparks Bayerischer Wald. **Geographische Rundschau**, Braunschweig, v.50, n.9, p.522-527, 1998.

WINTERER, Andreas. **Die Nationalparke Bayerischer Wald und Šumava im geographisch-empirischen Vergleich – Philosophien von Großschutzgebieten und ihre Raumwirksamkeit als Ergebnis von Machtkämpfen**. Tese de Mestrado em Geografia - Universidade de Passau, 2006. 130p.

ZUCCHI, Herbert; STEGMANN, Paul. Auf dem Weg zu mehr Wildnis. Ein leidenschaftliches Plädoyer für den Prozessschutz als jüngste Strategie des Naturschutzes in Deutschland. **Nationalpark**, Grafenau, n.1, p.42-43, 2006.

